

## CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE ARRANJOS SILVIPASTORIS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO – SC<sup>1</sup>

Luis Antonio dos Santos de Freitas<sup>2</sup>  
Karen Follador Karam<sup>3</sup>  
Sergio Leite Guimarães Pinheiro<sup>4</sup>

### Resumo

O presente estudo é uma reflexão sobre um trabalho desenvolvido com base em uma pesquisa participativa em sistemas agroflorestais, voltada a construção de arranjos silvipastoris no sistema de produção PRV (Pastoreio Racional Voisin), realizada com um grupo de agricultores familiares produtores de leite, no município de São Bonifácio/SC. A trabalho busca apreender o que os atores envolvidos – agricultores, técnicos, pesquisadores - entendem por participação, quais as características, potencialidades e dificuldades de um processo de pesquisa e extensão rural participativa. É um estudo de caráter qualitativo, cujos instrumentos foram a observação direta e entrevistas semi-estruturadas com atores-chave. Os dados foram analisados e interpretados segundo a metodologia “Discurso

---

1 Este artigo é parte das reflexões apresentadas na dissertação de mestrado “A construção participativa de arranjos silvipastoris no município de São Bonifácio/SC” (Freitas, 2008), apresentada ao Programa de Mestrado em Agroecossistemas (PGA), da Universidade Federal de Santa Catarina.

2 Engenheiro Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (2006), mestre em Agroecossistemas/UFSC/CCA (2008) - luisdefreitas1@yahoo.com.br

3 Cientista Social, Dra em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), consultora autônoma – karenkaram@uol.com.br

4 Engenheiro Agrônomo, Dr em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade de Sydney, Austrália. Pesquisador da Epagri, Gerência Técnica, e professor colaborador do curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFSC/CCA – pinheiro@epagri.rct-sc.br

do Sujeito Coletivo” (DSC), que mostraram que o processo participativo ocorrido em São Bonifácio é entendido de diferentes formas pelos atores, evidenciando um conjunto de características que, ao mesmo tempo, potencializam este e outros processos de pesquisa e extensão rural participativa mas também representam grandes desafios.

**Palavras-chave:** Pesquisa Participativa, Sistemas Agroflorestais, Agricultura Familiar, Extensão Rural.

## **PARTICIPATORY CONSTRUCTION OF SILVIPASTORIS ARRANGEMENTS: A CASE STUDY OF THE MUNICIPALITY OF SÃO BONIFÁCIO - SC**

### **Abstract**

This study is a reflection on a work based on a participatory research in agroforestry system, turned the construction of silvipastoris arrangements the production system PRV (Grazing Background Voisin) held with a group of family farmers milk producers in the municipality of São Bonifácio / SC. The paper seeks to seize what the actors involved - farmers, technicians, researchers - mean by participation, which features, potential and difficulties of a process of participatory research and extension. It is a qualitative study of character, whose instruments were the direct observation and semi-structured interviews with key actors. Data and information were analyzed and interpreted according to the Collective Subject Discourse approach (in Portuguese named “Discurso do Sujeito Coletivo”), which showed that the participatory process occurred in São Bonifácio is understood in different ways by actors, showing a set of characteristics that at the same time, leverage this and other processes of participatory research and extension but also pose major challenges.

**Keywords:** Participatory Research, Agroforestry System, Family Agriculture, Rural Extension.

### **1. Introdução**

Na atualidade para se tornar um profissional apto a trabalhar no meio rural, a exigência vai muito além da formação acadêmica específica.

No mínimo é imprescindível ampliar os conhecimentos interagindo com outras áreas da ciência, mas, principalmente para aqueles que atuam em desenvolvimento rural, o passo deve ser mais largo, qual seja, a de se tornar parceiro das populações rurais. Esta parceira pode se dar de inúmeras formas, mas no que se refere à construção de conhecimento, são os processos participativos que estimulam e permitem um melhor equacionamento dos problemas existentes, sejam eles de natureza econômica, ambiental e/ou sociocultural.

Este artigo resulta da análise do processo participativo que ocorreu no trabalho “Sistemas Agroflorestais Pecuários: rumo à construção participativa com o Grupo do Pasto em São Bonifácio, SC” (Caporal, 2007), realizado entre 2005/06, no município de São Bonifácio<sup>5</sup>, no estado de Santa Catarina. São Bonifácio está localizado a aproximadamente 80 km da capital catarinense, Florianópolis. Abrange um dos últimos fragmentos remanescentes de Floresta Atlântica do sul do Brasil, com aproximadamente 21% da área protegida por uma unidade de conservação, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. A maioria da população atual reside na área rural, onde predominam sistemas de produção com mão-de-obra familiar. A exploração familiar, não possui apenas os objetivos voltados à produção e ao consumo, mas também se preocupa com a busca pela reprodução dos sistemas de produção ao longo das gerações da família, visando a acumulação e transmissão do patrimônio.<sup>6</sup>

O trabalho analisado decorre de uma demanda dos agricultores do Grupo do Pasto<sup>7</sup>, preocupados com o bem-estar de seus animais, em especial à exposição ao sol nos períodos de verão, interessavam-se por incluir o elemento arbóreo no sistema PRV. Além da demanda por sombra, Caporal (2007) demonstra que esses agricultores possuem outros interesses nas árvores, como pólen e néctar para as abelhas; preservação de espécies nativas; produção de frutas; conservação da água; além da “estética” da propriedade.

---

5 O trabalho, baseado em pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa participativa e da etnobotânica, originou uma dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC, em 2007.

6 Tal constatação é recorrente à agricultura familiar, como demonstrada por Lamarche (1993) entre outros autores.

7 O Grupo do Pasto é formado por 40 famílias com o objetivo principal de discutir coletivamente (entre técnicos e pesquisadores da Epagri, produtores de leite do município, Secretaria Municipal de Agricultura, técnicos de um laticínio privado e pesquisadores da UFSC) temas relacionados a melhoria de sistemas de produção empregados e a implantação do sistema de produção Pastoreio Racional Voisin (PRV).

Cabe destacar o contexto em que se insere o trabalho analisado. Ele se inscreve dentro de um programa voltado ao desenvolvimento rural de microbacias no estado de Santa Catarina<sup>8</sup>, que tem por orientação a participação social. Neste cenário é que, em 2004, a Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina promoveu um processo de capacitação em pesquisa e extensão rural participativa, resultando na realização de dez experiências piloto em oito regiões do estado. Dentre elas se encontra a de São Bonifácio, dedicada a atuar com/em experiências inovadoras de um grupo de agricultores familiares - Grupo do Pasto -, mas também envolvendo técnicos e pesquisadores da extensão rural estadual (Epagri), da prefeitura municipal, de um laticínio privado, alunos e professores de duas universidades - UFSC e UDESC<sup>9</sup>.

Algumas perguntas de partida orientaram esta investigação sobre o trabalho realizado: como atuar numa perspectiva participativa? como articular diferentes parcerias com pensamentos e propósitos distintos? como desencadear processos de troca/construção de conhecimentos? A partir delas se definiu a questão central deste trabalho: *Qual o entendimento sobre participação dos diferentes atores de São Bonifácio-SC, envolvidos na pesquisa participativa para a elaboração de possíveis arranjos silvipastoris?*

Foi na literatura relativa a extensão rural que se encontrou parte do referencial teórico para a discussão aqui apresentada, ao mesmo tempo em que se recorreu as discussões sobre construção de conhecimento como decorrente de processos coletivos (pode se ler participativos), essencial para buscar compreender a construção participativa de arranjos silvipastoris em São Bonifácio.

### **1.1. Participação e construção de conhecimento em pesquisa e extensão rural**

Os autores que analisam a extensão e a pesquisa rural<sup>10</sup> são unânimes em afirmar que entre o final da década de 1980 e início da

---

8 Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – Microbacias 2 (PRAPEM/MB2), convênio firmado entre o Governo do estado de Santa Catarina e o Banco Mundial.

9 UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina esteve envolvida através do Programa de Mestrado em Agroecossistemas, e a UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina, através do Departamento de Design.

10 Entre tantos, podemos citar: Fonseca (1985), Olinger (1996) e Mussoi (2006).

década de 1990, é que se começou a questionar o método difusionista/innovador, utilizado até então, baseado essencialmente na transferência de tecnologia de um agente emissor de informação – pesquisador ou extensionista rural – para um receptor, o agricultor. De um lado as limitações na “adoção” de tecnologias pelo conjunto dos agricultores, em particular dentre os menos capitalizados e de regiões mais pobres; de outro as preocupações socioambientais impulsionaram a busca de outras estratégias, dentre elas os chamados métodos participativos de extensão, baseados nos conceitos de pesquisa adaptativa, validação de tecnologias e experimentação na propriedade.

No entanto, tais métodos nos levam a crer que de participativo e de construção de conhecimento tinham muito pouco. Pois, ao invés das pesquisas serem realizadas em estações experimentais, passaram a ser feitas nas propriedades dos agricultores, onde a participação estava no fato do agricultor disponibilizar uma área para os experimentos, ou simplesmente “tomar conta” para que não fossem destruídos por animais e/ou “pragas”, ou ainda realizar as práticas necessárias como capina, aplicação de veneno etc. Ou seja, começou a se falar e praticar métodos participativos de extensão rural, porém, sobre os mesmos pressupostos de transferência de tecnologia.

Contudo, no decorrer da década de 1990 e nos primeiros anos de 2000, é que efetivamente se vê crescer em vários países os processos de pesquisa e extensão rural participativo. No Brasil as organizações não governamentais (Ongs) foram precursoras nesta linha de trabalho. Esta abordagem foi institucionalizada no País em 2004, quando se criou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que dentre seus princípios está “adotar abordagens metodológicas participativas, estimulando a articulação com diversas outras entidades não-governamentais e até mesmo privadas, dando claramente o foco para a agroecologia” (MDA, 2004)<sup>11</sup>.

Mas o que é participação? Em linhas gerais se trata da participação como meio para se atingir distintos fins, dentre eles, dois se destacam: a participação como instrumento para legitimar processos e a participação como instrumento para construir processos. Este trabalho se interessa pelo segundo objetivo/fim, onde não há um público “beneficiário” mas sim grupos

---

11 Em 2006, criou-se o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) que visou consolidar a PNATER demonstrando e orientando as principais ações a serem realizadas por essa política (MDA, 2006).

com interesses específicos. Todos protagonistas na discussão e problematização das necessidades, individuais e da comunidade, bem como compartilham responsabilidades na busca de possíveis soluções. Participação desta forma é um instrumento voltado a reforçar as idéias de autonomia, autogestão e espírito de cooperação, é um instrumento voltado ao processo através do qual se trabalha “com” os agricultores e não “para” os agricultores (Pinheiro; Boef, 2006), portanto parte de relações horizontais.

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram obtidos de observação direta, entre abril de 2006 a fevereiro de 2007, quando se acompanhou o trabalho com participantes do Grupo do Pasto, e com dados de entrevistas semi-estruturadas, realizadas entre outubro e novembro de 2007, baseada em um roteiro com sete questões abertas. Neste último caso foram entrevistados seis atores-chave reunidos em dois grupos: agricultores (2) e técnicos (4). As entrevistas foram estruturadas e analisadas segundo a metodologia proposta por Lefèvre e Lefèvre (2005), denominada “Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)”. Sintetizando, os discursos coletivos, ou DSCs, resultam da união de expressões do discurso que apresentam idéias semelhantes, segundo os atores-chave. A partir daí foi possível buscar elementos para apreender como estes atores entendem quais são as características que envolvem a participação, bem como elencar as potencialidades e os desafios presentes no processo participativo, segundo os mesmos.

Tal metodologia permite que, em um universo limitado, o próprio pesquisador componha a sua amostra, escolhendo os indivíduos para participar da pesquisa conforme as características que se deseja estudar (Lefèvre; Lefèvre, 2005). Neste sentido, os seis atores-chaves que participaram desta pesquisa foram escolhidos devido ao fato de terem participado de todas as etapas do processo participativo. Pois, somente estes atores teriam melhores possibilidades de responder as sete perguntas abertas que compunham o questionário. Tais perguntas estimulavam que os entrevistados narrassem fatos sobre as etapas realizadas do processo participativo e, ao mesmo tempo, fizessem análises.

Espera-se que os resultados apresentados a seguir possam contribuir com as discussões relativas à extensão e pesquisa rural participativa, ainda incipiente entre técnicos e pesquisadores da extensão rural oficial, no meio acadêmico e entre os agricultores.

## 2. O processo participativo na construção dos arranjos silvipastoris: possibilidades para análise

A demanda dos agricultores por sombra no pasto se caracteriza como sendo o tema gerador do processo participativo sobre os arranjos silvipastoris, ora analisado. Desde o início do trabalho tal demanda - “sombra” -, não significou simplesmente plantar árvores no pasto, mas representava um tema capaz de gerar diversos outros processos, cujas relações direta ou indiretamente se entrelaçavam com a cadeia produtiva do leite, representando um pano de fundo em todo o processo analisado<sup>12</sup>. No entanto, neste estudo se pode perceber que este tema é entendido de diversas maneiras pelos diferentes atores-chave<sup>13</sup>, como pode ser observado pela Figura 1.

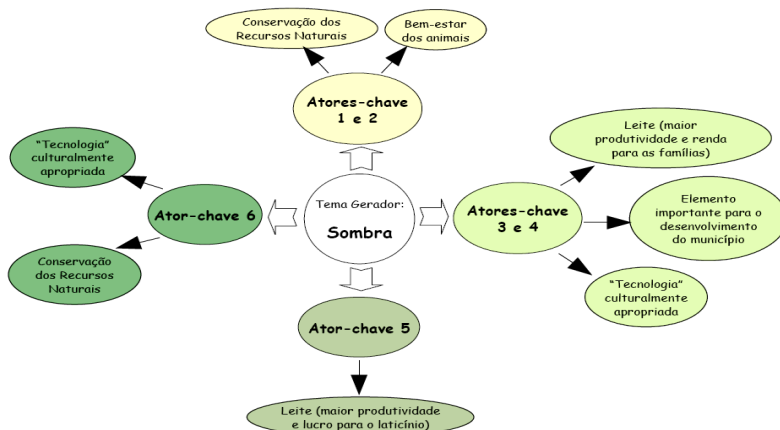


Figura 1: Diagrama ilustrativo sobre a percepção dos atores-chave de São Bonifácio a respeito da “sombra”.

12 Se reunir para discutir assuntos como a “Sombra”, representou uma grande inovação para agricultores familiares de São Bonifácio. A partir de discussões sobre sombra começaram a surgir novas demandas como: esclarecimentos sobre legislação ambiental; preocupação com a conservação da natureza; possibilidades de coletar sementes e produzir mudas; entre outros tantos processos. Apesar de muito importante, não é objetivo deste artigo discutir outros assuntos que surgiram a partir de discussões sobre “sombra” no contexto do Grupo do Pasto, a não ser é claro, os arranjos silvipastoris.

13 É importante ressaltar que os atores-chaves 1 e 2 são os agricultores; Atores-chave 3 é um técnico extensionista da Epagri; Atores-chave 4 é um técnico que representa a Secretaria Municipal de Agricultura de São Bonifácio; Atores-chave 5 representa um dos dois técnicos do laticínio; Atores-chave 6 é a facilitadora da investigação participativa sobre SSPs e representa os parceiros externos (UFSC).

Os diferentes atores-chave percebem a “sombra” sob distintos pontos de vistas, conforme suas características e interesses peculiares. O panorama da visão dos atores-chave foi possível com a sistematização dos dados da observação direta, durante o processo participativo. Tal caracterização permite que se verifique que há heterogeneidade na compreensão sobre o tema gerador entre os atores-chave, bem como a emergência de divergências, evidenciadas pelos DSCs. Vale lembrar que a visão dos atores-chave aqui apresentada não significa que cada ator vê a sombra apenas sob a ótica descrita, mas sim, que tal ótica aparece como predominante nos seus discursos e ações.

A seguir se apresenta uma síntese dos resultados do trabalho a partir das entrevistas analisadas como DSC, e, segundo os principais aspectos analisados - as características do processo participativo e as potencialidades e desafios apresentados.

Cabe destacar que o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) se constrói, para fins de análise, segundo a união de expressões contidas nos discursos de cada ator-chave, portanto expressam uma síntese analítica e desta forma não são apresentados entre aspas, por não serem uma citação, mas sim um pensamento coletivo. O DSC pode ser constituído através da fala de um ator, de alguns atores ou de todos os atores. No âmbito deste artigo, são apresentados apenas partes dos DSCs que possuem maior relevância para a discussão.

## **2.1. Características do processo participativo**

As características do processo participativo em São Bonifácio foram identificadas a partir de idéias centrais presentes nos DSCs, segundo os dois grupos de atores-chave - agricultores e técnicos. O conjunto destas idéias, bem como a articulação com o que a literatura considera por características de processos participativos são apresentadas e discutidas a seguir.

O trabalho sobre arranjos silvipastoris resulta da convergência da percepção dos 2 grupos de atores-chave. De um lado os agricultores mostram a demanda, o que pode ser percebido pelo trecho de seu DSC: *isso surgiu quase como uma necessidade assim, porque a gente vê que os animais em tempo de verão eles sofrem muito. O sombreamento, faz muita falta.* E de outro, ao se perceber esta demanda mesmo que não



formalizada, os técnicos a incorporam – *Com um diagnóstico realizado na pesquisa participativa, a professora X identificou isso [necessidade de sombra] na fala de alguns agricultores e foi o que estimulou a começar a trabalhar com este assunto.*

A passagem do DSC dos técnicos – *A gente partiu da idéia de que teria que construir com os agricultores, quais as plantas? Qual arranjo? À luz do interesse deles* – evidencia que essa forma de trabalhar teria sido uma decisão estratégica entre técnicos locais e parceiros externos. Mesmo considerando a exigência do órgão financiador (Banco Mundial) do projeto MB2 para que seus recursos somente fossem empregados em ações participativas, pode-se observar uma forte disponibilidade dos técnicos em desenvolver tais ações.

Com a fala dos agricultores se percebe que a demanda por sombra surgiu decorrente de suas observações com relação ao comportamento dos animais em situações de temperaturas altas, mostrando a importância de seu conhecimento empírico adquirido em atividades diárias. No entanto, talvez a idéia de participação para eles ainda seja apenas expor seus problemas aos técnicos e esperar por soluções, sem considerar uma construção conjunta, o que pode ser notado pela fala: *A gente [agricultores] já veio pedindo quase um sistema, já no começo do projeto do Microbacia e pediu também orientação sobre legislação e tudo mais assim.*

Por quais razões prefeririam soluções prontas, ao invés de construídas coletivamente como resposta a seus problemas? Gomes (2001) pode dar alguma pista quanto a isto, ao afirmar que a participação continuada dos agricultores é dificultada pelo fato de atrapalhar o desenvolvimento das atividades na propriedade. O que de certa maneira vem ao encontro da visão de Kamp e Schuthof (1991), que se questionam sobre a disponibilidade de tempo da população rural para discutir seus problemas.

Isso indica que a noção de participação pode estar sendo entendida de maneira diferenciada entre os técnicos e os agricultores envolvidos no trabalho. Pois, enquanto os agricultores pedem algumas respostas aos técnicos, estes por sua vez, se mostram dispostos a construir alternativas em conjunto. Por outro lado, o que pode estar ocorrendo é que quando os agricultores expõem os seus problemas, eles estão na verdade sugerindo um tema gerador para se desenvolver um processo participativo de construção conjunta de alternativas, neste caso, a “sombra” no pasto.

Na fala dos técnicos nota-se uma preocupação por construir arranjos silvipastoris que estejam de acordo com as condições e interesses de cada agricultor. Mas, como valorizar o conhecimento dos agricultores? Que estratégias utilizar?

A pesquisa mostra que ocorreu de fato uma preocupação, por parte de quem orientou o trabalho sobre arranjos silvipastoris, em valorizar o conhecimento dos agricultores com relação às espécies arbóreas nativas. Neste sentido, de certa forma, pode-se afirmar que há uma conformidade no pensamento dos agricultores com o dos técnicos. Na fala da maioria dos técnicos *não seria construir um arranjo externo ao interesse dos agricultores, mas sim a partir do saber deles. Acredito que pra chegar no arranjo silvipastoril, nesse design, pra isso aí, existem metodologias participativas que percebe-se que foram usadas ao longo desse processo. Porque o agricultor é quem vai compor [o SSP] à luz de seu interesse* – há menção ao uso de metodologias (que na verdade são ferramentas) participativas como estratégia de se construir arranjos silvipastoris incorporando o saber dos agricultores. E eles (agricultores) perceberam isso – *É primeiro, elas (pesquisadoras) passaram perguntando pra saber do nosso conhecimento das árvores. (...) Aí depois a gente foi fazer um dia de campo [Turnê-guiada], porque teve divergência assim teve muita árvore que tem três nomes e depois no dia é tudo a mesma árvore. (...) Depois, acho que veio meio a parte de planejamento.* Pois, não só relatam algumas ferramentas participativas como também demonstram conhecimento a respeito da importância delas, fruto da construção coletiva ocorrida ao longo do trabalho.

Percebe-se com estes DSCs que as ferramentas participativas utilizadas no desenvolvimento do processo participativo analisado (turnê-guiada, entrevistas semi-estruturadas e oficinas), tiveram um importante papel para que os agricultores descobrissem seus conhecimentos e também construíssem coletivamente novos conhecimentos. Mas como foi isso na prática? De que forma se deu a articulação de saberes entre os atores (entre técnicos/pesquisadores – agricultores e entre agricultores – agricultores)?

Os atores-chave deste processo, principalmente agricultores, técnicos do setor público e parceiros externos, demonstram que compreendem que há uma diferenciação entre o conhecimento do técnico e do agricultor, mas reconhecem também que há uma complementaridade entre eles. Pois, os agricultores afirmam: *a gente não tem em mãos aquela*

*ciência pra saber exatamente que árvore faz isso ou não faz. Então o técnico tem alguma coisa em livro, alguma coisa que ele pode descobrir. A gente tem algum conhecimento em cima de alguma coisa, mas a gente não tem nenhuma pesquisa em mãos pra saber o que é melhor. Porque nós, inclusive, estamos fazendo a pesquisa pra ver o quê vai dar lá no futuro. Enquanto os técnicos relatam: O trabalho foi feito de maneira participativa. Então, contando com o conhecimento dos agricultores e a gente levando alguns elementos também pra serem discutidos através da pesquisa bibliográfica.*

Portanto, o que se pode observar pelos trechos dos DSCs, é que a interação dos saberes entre técnicos e agricultores se apresenta como sendo útil na construção de arranjos silvipastoris adequados a cada propriedade, minimizando erros e economizando tempo. A estratégia pedagógica adotada no processo participativo sobre arranjos silvipastoris foi a de problematizar o tema “sombra”. Desta maneira, todos os atores envolvidos (técnicos/pesquisadores e agricultores) foram incentivados a pensar coletivamente sobre arranjos silvipastoris possíveis de serem implantados em São Bonifácio, evidenciando assim, o objetivo de discutir idéias e não, de transferir pacotes.

Os agricultores demonstram ter se apropriado dos princípios dos SSPs – *Depois foi levantado que pra funcionar certinho já teria que ter planejado o desenho do próprio piquete, de acordo com o rumo do sol e toda essa parte assim, que até isso que teria que ter sido planejado antes.* Este planejamento desde o início proporcionaria uma melhor interação entre árvore, gado e pastagem. Porém, reconhecem que há uma limitação de seus conhecimentos em relação a questões mais “científicas”, considerando importante a articulação do saber científico com o saber local.

Além disso, pode-se observar a característica de experimentador dos agricultores quando relatam: *Quem sabe a gente acharia até um produto pra passar na casca [da Grandiúva], pra diminuir o apetite dos animais.* Esta afirmação se relaciona com o que Boef (2006) menciona a respeito do papel assumido pelos agricultores em tais processos, cujo papel é ao mesmo tempo de gerador, comunicador e avaliador de idéias exteriores bem como de usuário. Há ainda que se destacar, com o mesmo relato, que os agricultores demonstram estar interessados muito mais em discutir, aprender e serem compreendidos do que simplesmente receber respostas prontas (Hocdé,1999).

Ao considerar que o processo participativo sobre arranjos silvipastoris partiu de uma demanda dos próprios agricultores, pressupõe-se que estes não constituem o “alvo” das ações deste processo mas sim um dos protagonistas. Entretanto tal condição só apareceu como evidente nas falas dos técnicos, mesmo assim com algumas divergências.

Tais divergências podem estar ocorrendo devido a entendimentos diversos a respeito do que é considerado “protagonismo dos agricultores” em processos participativos, segundo os atores-chave do grupo de técnicos.

No discurso dos técnicos (estadual, municipal e parceiro externo), participação parece ser entendida como tendo o objetivo de “construir processo”, evidenciado pelo uso de expressões como: *O grande ator desse processo todo; eles são os mais estratégicos; o cerne de todo esse processo são os agricultores...o resto é resto. Quem fica aqui são os agricultores, com seus problemas, com seus sucessos, fracassos.* Por outro lado, no discurso do técnico do laticínio, participação parece estar sendo entendida com vistas a “legitimar processos”, como demonstrado no trecho: *you tem que conseguir que ele faça parte, que ele se sinta parte daquilo ali. Difícilmente um trabalho vai por água abaixo quando o agricultor se sente parte dele.*

O relato deste último ator-chave pode ser uma importante evidência das afirmações de autores como Gomes (2001), Probst et al. (2003), a respeito de que muitos trabalhos vêm se desenvolvendo com uma utilização acrítica de abordagens participativas, rotulando uma série de atividades como “pesquisa participativa”, quando na verdade, continuam se baseando em antigos pressupostos. Tal ator-chave, pode estar entendendo o trabalho com SSPs como difusão de uma tecnologia, ao invés da proposta de se construir conhecimento, ou, SSPs adequados as condições locais.

Diante disso, ficam alguns questionamentos: Por que os próprios agricultores não se vêem/declaram como protagonistas? Por que existem divergências no entendimento de “protagonismo dos agricultores” por parte dos técnicos? O que essa divergência de pensamentos implicaria no desenvolvimento do processo participativo?

Para transformar a atividade extensionista em uma ação educativa e em uma prática transformadora se faz necessário que, primeiramente, haja uma mudança interna de cada ator (técnicos, pesquisadores e agricultores), originando uma nova postura e novos papéis assumidos (Ruas et al., 2006). As interações entre os atores mudariam de um controle coercivo e sistema de ensino convencional, para um papel de facilitador e

sistema de aprendizagem participativa (Boef, 2006). No caso de São Bonifácio, parece haver uma conformidade entre técnicos e agricultores a respeito do papel de cada um neste processo. Através de expressões como: *Foram os agricultores, dando idéia também. Foram os que vieram aqui da pesquisa, até nossos próprios técnicos local que incentivaram. Hoje o técnico ele vê de uma forma diferente*, por parte dos agricultores, e *os agricultores como os colaboradores, acho que atores principais, nesse trabalho todo. Na verdade eles abriram a porteira das suas propriedades pra esse trabalho*, por parte dos técnicos, pode-se afirmar que todo o grupo reconhece uma mudança no papel de cada um.

Os agricultores parecem perceber que os técnicos estão mais preocupados com os seus (dos agricultores) problemas e procuram solucioná-los de maneira construtiva. Enquanto que os técnicos parecem considerar os agricultores como parceiros no processo de construção de arranjos silvipastoris.

Por fim, no que se refere as características de um processo participativo parece haver um consenso entre todos os atores-chave de que uma ação, que priorize abordagens participativas é, geralmente, mais demorada. Porém, também os mesmos vêem essa “lentidão” de maneira diferenciada. No caso dos agricultores, parecem entender esta “lentidão” como sendo algo inseguro, incerto, sem um objetivo final pré-estabelecido, como observado na fala: *É quase que nem entrar numa canoa, descer o rio e vamos ver onde é que nós vamos chegar. Ou, entra numa canoa e não, nós vamos chegar em tal lugar.*

Tal posição dos agricultores, de certa forma, estaria de acordo com o discurso dos técnicos do setor público e parceiros externos quando afirmam: *Geralmente um processo participativo ele é um processo que demora mais tempo pra ter um resultado. Têm muitas incertezas. Porque são ‘enes’ os fatores a serem considerados. Não é uma aplicação de tecnologia pura, vai lá e faz isso. Então, é demorado pra construí-lo com várias pessoas que pensam de forma diferente. E nós aqui trabalhamos mais com processos que geram resultados. Pra gente o resultado é a consequência do processo. O quê determina a qualidade de um resultado é o processo.* No entanto, os agricultores parecem ver essa incerteza como algo negativo, apresentando uma certa dificuldade em lidar com esta situação, talvez justificada por uma certa “incapacidade” dos técnicos em esclarecer que existem objetivos concretos em processos participativos.

Os técnicos parecem entender essa “lentidão” como algo positivo e necessário ao objetivo de agregar diferentes formas de pensar. Mas talvez por entenderem o que os agricultores chamam de “sem objetivo pré-estabelecido” como sendo uma potencialidade dos próprios processos participativos, na medida que estes possuem uma grande capacidade de desencadear novos processos, além de simplesmente atingir o objetivo final.

Já o técnico da iniciativa privada, representado pelo ator-chave 5, relata: *a crítica mais forte a respeito disso é essa questão de mais conversado e pouco praticado*. Tal relato instiga a pensar que processos participativos podem ser vistos como aquele em que há muita reunião, muita conversa e pouca ação prática. Ruas et al. (2006), afirmam que estes momentos de reflexão (reuniões, conversas etc.) são muito importantes, pois se constituem espaços para o ensino-aprendizagem do conhecimento existente e/ou para produção do conhecimento ainda não existente. A opinião deste ator parece coincidir com aquela proposta do uso de abordagens participativas (década de 1980) sob os mesmos pressupostos do difusionismo, onde o que importa é que no resultado final se verifique que X números de produtores adotaram determinada tecnologia, tal como concebida e desenvolvida. Daí considerar momentos de construção conjunta como possível “perda de tempo”.

## **2.2. Potencialidades do processo participativo**

A literatura sobre ações de pesquisa-extensão rural através de processos participativos, tem mostrado que os mesmos tendem a potencializar atributos de ordem individual e social, dentre eles se destacam: a valorização do saber do agricultor; o respeito as diferenças culturais; a horizontalidade na tomada de decisão; o estímulo a cooperação; a auto-estima do indivíduo e do grupo; o fortalecimento da identidade local; bem como a busca pela autogestão e autonomia das populações rurais. Com base em tais atributos, é que se discutirá as potencialidades identificadas pelos atores-chave da pesquisa, com relação ao processo participativo de São Bonifácio.

Paulo Freire já falava sobre a importância do indivíduo descobrir que sabe alguma coisa sobre algo, buscando saber mais (Freire, 1983), neste sentido a pesquisa mostrou como os agricultores se expressam a este respeito. A partir do trabalho dos arranjos silvipastoris – *Até o dia que elas*

*perguntaram pra mim se daria essa entrevista sobre as espécies, eu até disse olha eu até posso dar, mas eu conheço só umas quatro árvores. E daí no fim, eu conhecia muita, muita árvore. E lá no dia de reconhecer [Turnê-guiada], também foi bom assim porque até pra gente saber. Às vezes a pessoa fala ah tal árvore, aí eu não sei o quê que é. Daí depois fomo ver, não mas eu sabia sim, só que por outro nome.*

Esta descoberta feita pelos agricultores de seu próprio conhecimento pôde vir à tona com a utilização de algumas ferramentas participativas, pela facilitadora da pesquisa participativa. Prova disso é o relato sobre a realização da entrevista semi-estruturada e da turnê-guiada. A entrevista teve o objetivo de caracterizar os agricultores familiares do Grupo do Pasto e identificar o conhecimento que tinham a respeito de espécies arbóreas nativas (características, usos e manejos). Já o objetivo da turnê-guiada foi o de sintonizar o conhecimento dos agricultores sobre as árvores, em particular a nomenclatura, uma vez que uma mesma espécie recebeu diferentes nomações pelos agricultores (Caporal, 2007).

Além de se atingir os objetivos pré-estabelecidos pela facilitadora, o uso das ferramentas participativas proporcionou algo diferente aos agricultores, como a descoberta do seu próprio conhecimento, em decorrência se verificou a elevação da auto-estima. Se a intenção, neste caso, fosse a de utilizar métodos difusionistas, cuja orientação pedagógica seria somente a indicação do técnico, provavelmente os resultados seriam outros.

Os agricultores se mostram cientes no que tange a tecnologia e sua adequação à realidade local, mas para isto mencionam como necessárias as atividades que envolvem discussão em grupo sobre aspectos relativos a tal tecnologia. *Por isso, da pastagem ser mais rápido, podia ser. Da árvore se fosse muito rápido [o processo] com certeza a gente ia cometer mais erro do que assim. Além de ela está faltando lá do começo, a árvore dentro do piquete. Mas a árvore, como vejo, ela é um pouco mais complexa pra tu colocar. Ela requer um estudo a mais.* Justificando, de certa maneira, aquele sentimento de “lentidão” evidenciado anteriormente como uma das características do processo participativo.

No discurso dos agricultores *de repente o técnico trazer sim o que já tem pesquisado, assim no caso, em cima de uma árvore. Mas nunca deixá de fazer a pesquisa, porque cada local é um local também, e, cada situação é uma situação.* Pode-se observar que a noção de tecnologia adaptada, para eles, pode ser uma noção relativa a articulação de saberes.

Tal articulação se dá no fato dos técnicos exporem alguns conhecimentos científicos já consolidados com o intuito de problematizar a realidade destes agricultores, em busca de alternativas viáveis para seus problemas prioritários. Isto demonstra a necessidade dos técnicos em adotar uma postura de articulação de saberes frente a atitudes de persuasão junto aos agricultores, discutida por Ramos (2006). Eles possuem consciência de seus saberes a respeito não só das características de suas propriedades como também sobre manejo de seus sistemas, exigindo respeito e valorização de tais saberes nos processos de geração/adaptação de tecnologias.

Os técnicos do setor público e parceiros externos relatam que *há uma preocupação de colocar as espécies que eles gostem, que sejam bonitas, que possam auxiliar assim no aspecto paisagístico da propriedade. Tudo isso existe, principalmente para os agricultores mais idosos*. Isto, evidencia a preocupação por parte dos técnicos em respeitar as lógicas que orientam a tomada de decisão do agricultor familiar, que vai muito além do simples retorno econômico, justificando a opção pelo trabalho participativo. Mas também afirmam que: *eles [agricultores] disseram que muitas das tecnologias que foram ver nas excursões, fora de São Bonifácio, em vez de ajudarem deram prejuízos. Eles queriam desenvolver experiências por eles mesmos. Testar antes na propriedade, ver se funcionava, fazer uma pesquisa entre eles pra depois adotar, o quê até minimiza o erro*. Neste relato, será que não estão engendradas aquelas idéias de que a participação se resume ao fato do agricultor decidir se tal tecnologia é boa ou não e, por conseqüência, decidir adotar ou não?

Por outro lado, os técnicos podem estar se referindo a idéia de que o agricultor faz, necessita e gostaria de continuar realizando experiências em sua propriedade. Até porque, na própria fala dos agricultores, eles reconhecem que momentos de discussões a respeito da tecnologia propiciam para que se reduza o erro e, conseqüentemente, economize tempo. Diante disso, parece claro que há uma conformidade entre os técnicos e agricultores a respeito da importância de se discutir idéias (tecnologias) com o objetivo de adaptá-las a realidade de São Bonifácio, ou até mesmo de gerar novas idéias a partir das já existentes.

*A gente foi vendo algumas coisas ali de árvore e discutindo idéias. Estamos chegando já numas idéias melhor de repente. Já tivemos uma idéia no dezembro do ano passado que até nós já fizemos o mapa. Hoje, a idéia já é completamente diferente (...)*. Por esta fala se pode observar que



os agricultores compreendem e reconhecem a importância dos espaços de discussão sobre SSPs, proporcionados pelo processo participativo, no entanto, também demonstram insegurança com relação aos resultados esperados, “rotulando” o processo como demorado.

A solução desta situação depende muito da sensibilidade dos técnicos facilitadores em perceberem a motivação e o entusiasmo dos atores em participar, alternando entre atividades de caráter mais teórico/reflexivo com as de caráter mais prático. Pois, somente pessoas entusiasmadas se interessam em buscar soluções para seus problemas e trocar experiências entre si.

Analisando o DSC dos técnicos do setor público e parceiros externos se verifica uma conformidade com aquela do grupo dos agricultores, eles dizem: *Formas de construir a tecnologia. Uma foi o PRV, e agora é uma nova tecnologia que está sendo inserida no meio, só que de outra forma. Agora construindo junto com o agricultor. A diferença do PRV que foi só transferido. Porque nenhum dos dois deixa de ser difusão, entre aspás, ou implantação de uma nova tecnologia. Mas a forma como foi implantado o PRV é muito diferente da forma como tá sendo implantada agora.*

Parece claro que discussões conjuntas possuem enorme valor no momento de se pensar uma tecnologia. Para os agricultores, este valor estaria representado pelas possibilidades que essas discussões trazem no que se refere a dinâmica do conhecimento. Este dinamismo é defendido por Paulo Freire (1983), que considera o conhecimento como o resultado de vivências individuais e relações sociais, portanto em constante transformação.

Já para os técnicos, a construção conjunta ocorrida neste processo permitiria que se vislumbre que outras tecnologias possam ser trabalhadas dessa maneira, em parceria com os agricultores. Porém, afirmam: (...) *este trabalho vêm desconstruindo paradigmas. De que estas verdades não vêm num livrinho, num pacote. Esse livrinho, esse pacote pode ser construído lá na comunidade com os agricultores.* O que estão querendo dizer com isso? Quando falam em “pacotes”, estariam se referindo a pacotes válidos somente para a realidade de cada agricultor de São Bonifácio ou estariam se referindo a pacotes amplamente válidos a todas as realidades?

O pensamento dos técnicos do setor público e parceiros externos é de que (...) *a proposta da pesquisa participativa é um grande caminho pra gente fazer extensão rural ou desenvolvimento rural. Aí você bota*

*pesquisador, extensionista e agricultor numa mesa pra construir saber, isso é maravilhoso. O fato de trazer atores externos pra dentro de um ambiente de discussão de problemas internos da comunidade. Traz o desenvolvimento rural, o desenvolvimento rural sustentável, territorial pra dentro do trabalho de extensão rural e de pesquisa. Através deste DSC tem-se um exemplo concreto a respeito do que um tema gerador, como neste caso a “sombra no pasto”, pode desencadear um conjunto de processos. O resultado de trabalhos como este não é simplesmente um número X de agricultores que “adotaram” sistemas silvipastoris, mas sim o processo de construção destes sistemas.*

A forma como a “tecnologia” de sistemas silvipastoris foi trabalhada em São Bonifácio, utilizando métodos e ferramentas participativos, proporcionou aos agricultores se apropriarem dos princípios de tal sistema, o que resultou na elaboração de arranjos bastante diferenciados, segundo as propostas dos próprios agricultores. Por outro lado permitiu que os técnicos reavaliassem o que existia sobre o assunto na literatura e em outras experiências, e, em conjunto com os agricultores discutir a adequação dos arranjos propostos.

Entende-se que este processo por si só contribui para o desenvolvimento do município, não só no que se refere a aspecto econômico da atividade leiteira, mas também com relação a participação social e política, o que pode frutificar com mais vigor daqui para frente.

### **2.3. Desafios do processo participativo**

Trabalhar em processos participativos, ao mesmo tempo, representa potencializar uma série de atributos mas também significa lidar e superar inúmeros desafios. Desafios estes, das mais diversas ordens como: exigência de um tempo maior no processo; os resultados são perceptíveis a médio e longo prazo; possibilidade de evidenciar divergências e/ou conflitos entre os atores, seja de interesses, de visão de mundo etc. Neste sentido, é relevante apresentar e discutir os desafios que se mostraram no processo participativo de São Bonifácio, bem como entender como os atores-chave lidam com tais situações.

Inicialmente a alternativa encontrada pelos técnicos locais para suprir a demanda por sombra no pasto, foi a de estimular a realização de uma pesquisa participativa. O objetivo era identificar e selecionar espécies arbóreas que apresentassem potencial para compor SSPs, segundo o

conhecimento e interesse dos agricultores, para a partir da seleção das espécies, em conjunto com os agricultores construir os arranjos silvipastoris, conforme as condições das propriedades e do interesse pelo uso da árvore. Porém, o processo de implantação de SSPs não se incluía no tempo disponível do trabalho em análise, poderia ser o passo seguinte<sup>14</sup>.

No entanto, os agricultores demonstram uma certa insatisfação com o decorrer do processo, pois o que mais queriam era no menor espaço de tempo poder implantar os SSPs em suas propriedades. Segundo eles *a única coisa que vejo e que tenho certeza, que é da maioria, é a demora. O pessoal quer agilidade. A coisa vai, fica todo mundo naquela expectativa de fazer e fazer, e entra ano e sai ano, (...) e aí o pessoal começa a desanimar. O agricultor é acostumado assim, ele planta o milho, vai ter que carpir. Então, é tipo assim, é quase como se ele tivesse plantado o milho e ficou esquecido. Daí depois, quando ele já tava quase pra colher, daí foi carpir. O pessoal quer assim, que dê uma sequência.*

Embora os agricultores soubessem e fossem constantemente lembrados que estavam participando de uma pesquisa (que originaria uma dissertação de mestrado) e de que esta, não tinha nenhum outro objetivo senão a construção conjunta de “possíveis” arranjos silvipastoris, o relato anterior demonstra que há um longo caminho a percorrer no que se refere a processos de pesquisa participativa. Isso é fruto da longa trajetória e do modelo de difusão rural exercitado, dilema que implicará em trabalho constante tanto da pesquisa como da extensão rural, como também dos próprios agricultores.

Tal qual os agricultores, os demais atores-chave também enfrentam dificuldades e angústias com o processo, como relatam a seguir. *Desanima trabalhar com pesquisa participativa. O início dessa proposta foi muito teórica e pouco prática. Logo, os agricultores cobraram pela prática. Além disso, não tem como trabalhar com pouco recurso [financeiro, humano, material], não tem, é impossível porque as coisas demoram, as vezes o que tu esperava fazer numa tarde tu vai levar 3 dias, e pra isto tu vai precisar do triplo do recurso que tu tinha previsto. Assim aquela questão de tu respeitar o tempo processual da pesquisa. Tu faz um projeto, prevê*

---

14 Após conclusão da pesquisa de Caporal (2007), em dezembro de 2006, através de um projeto elaborado e apresentado ao PRAPEM/MB2 foi disponibilizado recursos para que os desenhos de arranjos silvipastoris, elaborados pelos agricultores, fossem colocados em prática. No entanto, por questões burocráticas, tais recursos somente foram liberados em agosto de 2007, significando assim um período de oito meses de espera e justificando a posição dos agricultores ao afirmar que a demora desanima.

*um recurso X e, quando tu vê, não tem como tu executar com aquele recurso.*

Aparentemente, o principal problema enfrentado pelos técnicos é a dificuldade em conciliar o tempo processual do grupo, com o qual trabalha, com o volume de recursos disponíveis, seja financeiro, humano e/ou material, adequando aos prazos estipulados pelos financiadores do projeto. Segundo Kamp e Schuthof (1991), esta é uma das mais importantes limitações de processos participativos. Estes autores afirmam que algumas instituições, principalmente governamentais, possuem um conjunto de hierarquias e regras extremamente rígidas que acabam prejudicando as ações dos técnicos no campo.

No entanto, muitas vezes, tais regras e burocracias são impostas pela própria fonte financiadora dos projetos que exige cumprimento total dos objetivos pré-estabelecidos dentro de prazos rígidos e de resultados, em geral, bastante quantitativos. Por isso que autores como Bunch (1994) afirmam que processos participativos, para obterem sucesso, devem ser flexíveis, tanto na alocação de recursos quanto no cumprimento de prazos, sensíveis ao tempo processual do grupo e respeitar especificidades locais (cultura, religião, política etc.).

O interessante de notar neste caso, é que os técnicos sabem da angústia dos agricultores e estes, por sua vez, sabem que a seqüência dos trabalhos às vezes vai além da simples vontade do técnico. Entretanto, parece não haver muito o que possam fazer a respeito, a não ser ter paciência e acreditar na proposta.

Probst et al. (2003) afirmam que, atualmente, a pesquisa participativa se encontra conceitual e metodologicamente em um estágio muito embrionário. Talvez esta seja uma explicação para os técnicos (atores-chaves 3, 4 e 6) afirmarem que: *é desanimador trabalhar com pesquisa participativa. Porque é complicado tu atender a todos os interesses. Quando é participativo todo mundo dá pitaco. É difícil atender a todos os interesses e ao mesmo tempo fazer um trabalho que seja dinâmico, que seja interessante pra todos os atores, que todo mundo goste de participar, que contente a todos.*

A maioria dos cursos de Ciências Rurais forma técnicos aptos a trabalhar com receitas prontas e, portanto, com tendência a simplificar a complexidade encontrada no meio rural. Os que buscam atuar de outra maneira encontram alguns desafios, dentre eles como administrar as divergências.

Por pressupor diálogo, portanto, interação de idéias, concepções e visões, os processos participativos acabam gerando divergências. E elas são das mais diversas ordens, como as culturais, religiosas, políticas, de gênero e geração, entre outras. Este estudo identificou como os atores técnicos (setor público e parceiros externos) percebem esta questão – *é um assunto conflitante [árvore para sombra]. São várias formas de ver um assunto de um ponto de vista diferente. O agricultor tem uma visão...o técnico tem outra visão...o legislador tem outra visão...enfim.*

O que transparece neste relato é que há uma preocupação, por parte dos técnicos, em encontrar formas de “contentar a todos”. Mas, será que existiria uma fórmula mágica para realizar algo que envolve diferentes pessoas, com diferentes opiniões e interesses, e que todos se sintam igualmente satisfeitos? Será que o descontentamento não se deve ao fato de que talvez alguns dos atores não estão interessados ou não tem a experiência em participar? Construir algo participativamente não significa simplesmente abarcar todos os interesses, significa também negociação, flexibilidade entre os atores. Há a necessidade de se entender que em determinados momentos do processo, ele se torna menos atraente aos seus interesses individuais, porém, mais interessante aos do coletivo. Todos os atores envolvidos, em algum momento, terão que ceder. Entende-se que a pré-disposição de cada um em ceder, representaria um real indicativo de interesse no processo. Não havendo essa condição, dificilmente um processo participativo teria condições de obter êxito em seus propósitos.

Neste caso, começam a transparecer algumas divergências de visões tanto entre agricultores-técnicos, quanto técnicos-técnicos. De um lado parece estar uma visão mais ampla do processo a partir do tema gerador, entendendo que há uma complexidade de relações que envolve a temática da árvore no pasto (atores-chave 1, 2, 3, 4 e 6), entretanto, de outro lado o mesmo tema é entendido de maneira mais limitada, focada na produtividade leiteira (ator-chave 5).

Os agricultores, em sua fala, demonstram que a lógica que orienta a tomada de decisão nesta questão vai além do aspecto econômico *O meu pensamento é dar conforto pras vacas. Eu quero plantar uma árvore lá. Eu não tenho interesse nenhum de pensar em daqui a 20 anos cortar uma tora. Eu quero plantar ela pra que meus animais se sintam bem e que não prejudique a minha pastagem. Eu não tenho esse interesse econômico. Pra isso eu tenho o eucalipto. Se eu quero vender tora, eu vendo dali. A árvore no pasto pra mim é pra passarinho fazer ninho e pra dar sombra pras vaca.*

Carmo (1998), afirma que a lógica de desenvolvimento e prosperidade de um agricultor familiar, como é o caso do agricultor do Grupo do Pasto, se dá de forma tão peculiar que pode ocorrer mesmo com uma redução em sua renda econômica. Além do mais, o fato dos agricultores disporem de recursos limitados (não só financeiros, mas muitas vezes humanos, físicos, ambientais), os obriga a desenvolver estratégias de produção que não provoque a deterioração na qualidade dos recursos existentes (Ploeg, 2006). O que vem ao encontro do interesse dos agricultores da pesquisa com relação ao plantio de espécies arbóreas nativas.

De outro lado se verificou nesta questão que há total divergência dos técnicos da iniciativa privada à inclusão da árvore no sistema gado/pastagem, situação conhecida pelos agricultores, como se comprova a seguir. *Sistema Silvipastoril, eles [técnicos da iniciativa privada] dizem que não vêem muita vantagem de ter ou de não ter [árvores para sombra]. Até me perguntaram, assim, quantos dias no ano eu precisei tirar os animais dos piquetes. Os próprios técnicos da iniciativa privada confirmam dizendo, a minha opinião técnica sobre a árvore pra sombra no pasto, ela é inviável. Por outro lado, há também o pensamento dos técnicos do setor público e parceiros externos de que (...) os agricultores estão empolgados. Eles não acham que a árvore no pasto vai trazer um problema, nem pro pasto nem pro gado. Ao contrário, eles acham que só vai trazer benefícios.*

Evidenciando as diferentes visões, ficam como perguntas: Por quais razões estariam ocorrendo tais divergências? Haveria relação com as instituições de origem dos técnicos?

Para os técnicos da iniciativa privada o Grupo do Pasto é um espaço para (...) *discutir pastagem, enfim, atividade leiteira e tudo que envolve*. Porém, o “tudo que envolve” significa produtividade da pastagem e do leite, preços e qualidade do leite, ou seja, uma visão imediata sobre atividade leiteira. Em seu discurso argumentam que os agricultores não estariam interessados em discutir questões “mais amplas”, entretanto o que se verificou não foi bem isso, sendo muitas vezes a opinião dos agricultores bastante diferente daquela dos técnicos da iniciativa privada. Então por quê utilizar os agricultores para argumentar suas idéias? Por quê não procurar expressá-las com seus próprios argumentos? Esta visão tão focada na produtividade do leite teria algo a ver com sua instituição de trabalho, o laticínio?

Os desafios são de várias escalas, desde a condição individual, com a pouca preparação do técnico/pesquisador em lidar com as inúmeras divergências, a condição institucional, seja do setor público, ongs, academia e iniciativa privada, que define homogeneamente procedimentos, até a escala macro social, culturalmente procurando simplificar as situações que são complexas.

É um aprendizado recente a criação e a institucionalização de fóruns (seja do tamanho ou dimensão que for), voltados a trabalhar questões que envolvem diversos interesses, demandando a reunião de seus representantes e o debate sistemático por encaminhamentos e/ou soluções negociadas. Este parece ser o desafio central dos processos participativos.

### **3. Considerações finais: O entendimento coletivo sobre a participação**

Através dos resultados apresentados neste artigo é possível observar o quão diferenciado pode ser o entendimento a respeito do que significa a participação e seus processos. Parece bastante claro que trabalhar em processos participativos proporciona uma série de vantagens, mas carrega consigo também inúmeros desafios a serem superados nas mais variadas esferas.

O presente estudo analisou um caso concreto, em que se desenvolveu um processo participativo voltado à construção de arranjos silvipastoris adaptados às condições de cada agricultor familiar do Grupo do Pasto, em São Bonifácio. O interessante neste caso é que o desenvolvimento do processo participativo partiu de uma instituição pública de pesquisa e extensão rural (Epagri/SC), que teve e ainda tem o difusionismo como um eixo orientador de suas ações. Entretanto estas mesmas instituições tem vivenciado algumas mudanças, mesmo que recentes e incipientes, nos seus procedimentos e métodos de pesquisa e extensão rural. A novidade da participação (nem tão nova assim!) também tem alcançado outros ambientes que atuam para o desenvolvimento rural, o que envolve nos processos tantos atores, no caso deste trabalho, a iniciativa privada, a universidade e os agricultores, em particular os do Grupo do Pasto de São Bonifácio, interessados em ter a árvore no pasto.

O objetivo central deste trabalho foi identificar e analisar o entendimento sobre participação, dos envolvidos no processo de construção de arranjos silvipastoris, no município de São Bonifácio/SC. Para atingir este objetivo se recorreu a análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Por meio desta metodologia, com a identificação e a união de expressões contidas nos discursos dos diversos atores-chave, foi possível analisar o processo participativo ocorrido, segundo as características, potencialidades e desafios verificados pelos atores-chave envolvidos.

Um ponto que ficou bastante evidente nos discursos é que a maior parte dos divergências ocorrem entre os técnicos e pesquisadores de diferentes instituições. A principal divergência apontada pelos agricultores se refere as diferenças de percepções a respeito da viabilidade e dos benefícios da árvore para a atividade leiteira. Mesmo assim, esta divergência aparece porque alguns técnicos ainda acham que a lógica que orienta as decisões dos agricultores é meramente a econômica, quando na verdade, os DSCs dos próprios agricultores apontam que sua lógica vai muito além disso. Um estudo aprofundado a respeito das razões destas divergências de interesses bem como de possíveis formas de mediar e saná-las, se apresenta de extrema relevância, não só para a continuidade deste trabalho mas de outros afins.

Embora houvesse uma questão central a ser respondida neste trabalho - *Qual o entendimento sobre participação dos diferentes atores de São Bonifácio-SC, envolvidos na pesquisa participativa para a elaboração de possíveis arranjos silvipastoris?* -, não se tem uma única resposta, felizmente! Como se está lidando com processos, o que se identificou foram elementos e aspectos no caso específico de São Bonifácio, os quais se imaginam possam ser considerados como característicos de processos participativos. Dentre eles se destacam: a importância da valorização do conhecimento e da identidade local; o necessário diálogo entre os atores envolvidos; a busca do bem-estar coletivo, o respeito ao tempo processual de cada ator/instituição e a construção conjunta de conhecimentos.

O processo participativo analisado se originou da demanda dos agricultores por sombra no sistema PRV, visando dar conforto aos animais no pasto. Em decorrência disso a a “sombra” foi considerada o tema gerador de todo o processo. Entendendo que o agricultor detém um tipo de conhecimento à respeito de características e formas de manejo de espécies arbóreas nativas, foram utilizadas metodologias que valorizassem este conhecimento e ao mesmo tempo permitissem uma interação com o



conhecimento científico na busca de arranjos silvipastoris adequados a região.

Como não poderia ser diferente, tendo em vista a participação de diferentes atores, com experiências de vida diferentes, portanto conhecimentos diferentes, houve opiniões distintas a respeito da real necessidade dos agricultores por sombra e das alternativas de arranjos silvipastoris. Os DSCs mostraram aspectos destas diferenças, como por exemplo: descontentamentos gerados pelos tempos característicos deste tipo de processo, considerado como demorado em se obter respostas; um sentimento de insegurança quando novos atores (parceiros externos) são convidados a participar; e, o aparecimento de várias divergências fruto de interesses, visões, idéias, concepções e de paradigmas distintos, tanto de ordem individual quanto institucional.

A Figura 2, a seguir, permite que vislumbre como os atores-chave lidam com o tema gerador “sombra”, o qual contém em si inúmeras dimensões, e, por conseguinte como interagiram no decorrer do processo participativo voltado à construção de arranjos silvipastoris.

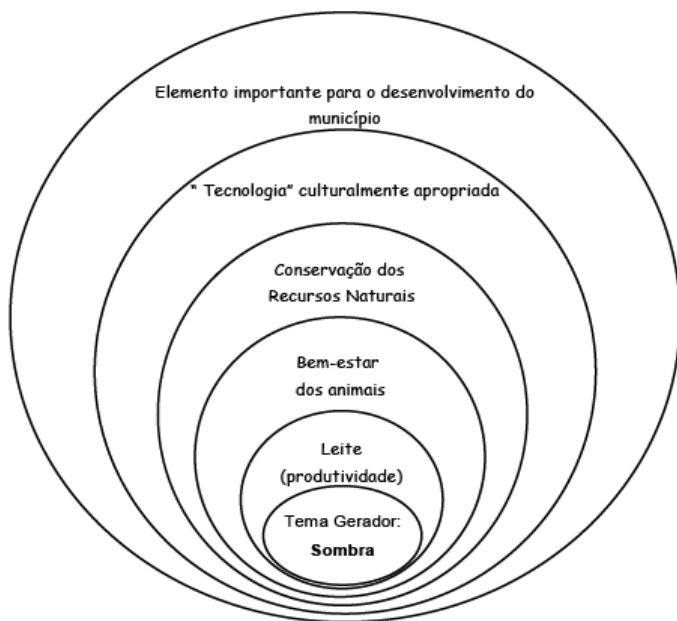


Figura 2: As diferentes dimensões que o tema gerador “sombra” promoveu no processo participativo de construção de possíveis arranjos silvipastoris em São Bonifácio - SC.

A figura mostra como o tema “sombra” apresenta distintas dimensões, segundo se apreendeu dos próprios atores-chave. Ele pode representar tanto a produtividade leiteira, o bem estar animal, a conservação de recursos naturais, uma tecnologia adaptada, como ser um elemento importante para o desenvolvimento do município. Embora cada ator se identifica mais diretamente com uma das dimensões, segundo seus interesses, visão, concepções, valores etc., isso não significa que não transitem entre as diferentes esferas, apontadas na figura. Por exemplo, os agricultores abordam o tema gerador “sombra” tanto na dimensão de melhoria da produtividade do leite, também como uma tecnologia adaptada às suas propriedades, como é o caso dos SSPs, mas, seu principal interesse está voltado a dimensão do bem-estar de seus animais.

Os técnicos, por sua vez, também transitam em diferentes dimensões em relação ao tema gerador “sombra”. Embora todos visualizem as distintas esferas, porém se detêm mais fortemente em uma ou outra, conforme seus interesses e o de suas instituições empregadoras. Os atores-chave 3 e 4, por pertencerem ao setor público (Epagri e Secretaria Municipal de Agricultura) possuem um interesse mais voltado à produtividade do leite como uma das principais alternativas de renda dos agricultores familiares do município; o interesse nos SSPs está também na possibilidade de se construir ou de se reelaborar uma tecnologia adequada às condições de cada agricultor; mas também tem forte interesse nas ações promotoras de desenvolvimento, enxergando o tema gerador “sombra” como uma chave para esta possibilidade.

O ator-chave 6, ligado a vida acadêmica (UFSC), em parte compartilha dos mesmos interesses dos técnicos do setor público, no entanto, dá maior importância à reelaboração de uma tecnologia adaptada à São Bonifácio e à conservação dos recursos naturais. Por fim, o ator-chave 5 é o que tem o foco mais direcionado, no caso para o aumento da produtividade do leite, uma vez que representa o interesse do seu empregador, o laticínio.

Tais divergências se mostraram como impeditivas de se avançar no processo participativo, visando a construção de conhecimento no que se refere aos possíveis arranjos silvipastoris. O exemplo claro se refere a implantação da árvore no sistema PRV, que deveria envolver a participação e o debate de todos atores - técnicos, parceiros externos e agricultores. O que se verificou foi o seguinte: de forma isolada o tema foi debatido por pares de atores, ou seja, técnicos locais/agricultores e parceiros

externos/agricultores; poucos encontros ocorreram entre técnicos locais/parceiros externos; porém, nunca se encontraram e debateram as três categorias juntas. Parece que foram estas situações que colaboraram para algumas das incertezas relativas aos arranjos, mas isso faz parte do processo.

Por outro lado, as mesmas divergências podem ser olhadas pelo seu lado positivo. Entende-se que são elas que garantem que a construção de arranjos silvipastoris seja realizada com os “pés no chão”, ou seja, que estejam mais adequados as especificidades dos agricultores, com resultados econômicos, ambientais, sociais e estéticos.

Pode parecer contraditório a primeira vista, mas parece que são os embates e as divergências que qualificam o processo participativo, tal qual se verificou no presente estudo. Com a participação se percebe que os processos refletem a riqueza e a complexidade da sociedade, predominando a diversidade de idéias, de conhecimentos e de interesses, presente entre os diferentes atores. Claro que a diversidade se mostra construtiva na medida em que há respeito às opiniões na busca de soluções. Embora no processo analisado não se tenha conseguido a interação “ideal”, como se apontou anteriormente, mas foi a partir das articulações existentes que se chegou a elaboração de possíveis arranjos silvipastoris.

Outros aspectos que merecem ser destacados como produto deste trabalho se referem ao seguinte: embora tenha se verificado entre os técnicos a pré-disposição em trabalhar com métodos e ferramentas participativas, seja com os agricultores, outros técnicos, como outros atores (parceiros externos), de outro lado é ainda forte o que se pode chamar de “orgulho técnico”, representado por uma necessidade de supervalorizar a ação individual em prol do trabalho coletivo. Outros dois aspectos relativos aos técnicos também transparecem, e podem ser considerados de ordem externa, o primeiro se refere a formação acadêmica e profissional, que tende a não prepará-lo para lidar com a complexidade existente no meio rural; e o outro diz respeito as definições da instituição na qual trabalha, que muitas vezes tende a homogeneizar procedimentos e soluções, também se desviando da complexidade.

Do lado dos agricultores, se verificou que eles percebem o processo participativo como algo bom, que os ajuda a elaborar novas idéias, passíveis de serem implantadas em suas propriedades. Entretanto a grande reclamação é com o tempo que o processo exige para a concretização de

ações. Reconhecem que através das discussões em grupo tem oportunidade de expor suas idéias, de ouvir a dos outros, e, ainda, descobrir os seus próprios conhecimentos. Embora tenham se mostrado satisfeitos com as discussões sobre os arranjos SSPs, preocupam-se com lacunas e incertezas presentes. Mas também isso parece ser um dos aspectos relevantes do processo participativo, as não certezas.

Embora não conclusivo este trabalho permite que se confirme que a participação é o resultado das relações entre pessoas, que embora pensem e ajam de maneira diversificada, segundo interesses, valores etc., exige ainda a convivência e a orquestração entre as diferentes visões. É discutir idéias e superar desafios. É se despir de preconceitos e de orgulhos. É respeitar conceitos e opiniões contrárias. É agir e refletir. É lidar com incertezas, com inseguranças. É saber ouvir e querer opinar. É aprender e ensinar ao mesmo tempo. É compartilhar conhecimentos e responsabilidades. Participação é, sobretudo, um ato de cidadania, de democracia, respeito e de equidade social.

#### 4. Referências Bibliográficas

BOEF, W.S. Uma abordagem participativa para o novo profissional da pesquisa de desenvolvimento agrícola. In: **Estratégias participativas de manejo da agrobiodiversidade**. Florianópolis, SC, NEABio. p. 109 – 117. 2006.

BUNCH, R. **Duas espigas de milho: uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo**. AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ. 221 p. 1994.

CAPORAL, D. S. **Sistemas Agroflorestais Pecuários: Rumo à Construção Participativa com o Grupo do Pasto em São Bonifácio, SC**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC. 174 p. 2007.

CARMO, M. S. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, Ed. UFPR. p. 215-238. 1998.

FONSECA, M.T.L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. Ed. Loyola. São Paulo, SP. 192 p. 1985.

FREIRE, P. **¿Extensión o comunicación? La concientización en el medio rural**. Ed. Tierra Nueva. Argentina y México. 109 p. 1983.

FREITAS, L.A.S. **A construção participativa de arranjos silvipastoris em São Bonifácio – SC**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas),

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC. 121 p. 2008.

GOMES, J.C.C. A técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas. In: **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Ed. Tomo Editorial. Porto Alegre, RS. p. 287 – 294. 2001.

HOCDÉ, H. **A lógica dos agricultores-experimentadores: o caso da América Central**. AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ. 36 p. 1999.

KAMP, J.V.D.; SCHUTHOF, P. **Geração participativa de tecnologias: implicações práticas e teóricas**. AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ. 94 p. 1991.

LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar**. Campinas, SP: Ed. Unicam. Vol1. 336p. 1993.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. 2ª ed. Ed. Educ. Caxias do Sul, RS. 256 p. 2005.

MDA. **Política Nacional de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF. 26 p. 2004.

MDA. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER**. Brasília, DF. 27 p. 2006.

MUSSÓI, E.M. **Enfoques pedagógicos para intervenção no meio rural**. Curso a Distância de Aperfeiçoamento em Agroecologia. 40 p. 2006.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Epagri. Florianópolis, SC. 523 p. 1996.

PINHEIRO, S.L.; BOEF, W.S. **Construção social de conhecimentos: uma experiência de formação, ação e aprendizado promovendo pesquisas participativas “com” comunidades rurais em Santa Catarina**. Revista Eisforia. p. 01-13. Florianópolis, SC, 2006.

PLOEG, J. V. O modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da Agricultura Familiar**. Org. Sérgio Schneider. Porto Alegre: Ed. UFRGS. p. 13-54. 2006.

PROBST, K.; et al. **Understanding participatory research in the context of natural resource management – paradigms, approaches and typologies**. ODI – Agricultural Research & Extension Network. Agren Network, documento n° 130. 16 p. 2003.

RAMOS, L.F. Da contradição do sujeito na extensão rural. In: **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus, AM. p.117 – 122. 2006.

RUAS, E.D.; et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte, MG. 134 p. 2006.